

Mandato poderá sair até quinta

Lideranças asseguram que não há interesse em obstruir a votação

A duração do mandato do presidente José Sarney deverá ser definida até a próxima quinta-feira. Esta é a expectativa de líderes partidários na Constituinte, como o deputado Gastone Righi (SP) do PTB. O vice-líder do PMDB, deputado Euclides Scalco (PR), calcula que a matéria entrará em votação na próxima quarta-feira, e acha que dificilmente deixará de ser apreciada esta semana.

Ele garantiu ontem que não há nenhum interesse do grupo ligado ao líder Mário Covas em obstruir a votação. Admitiu, entretanto, a possibilidade de se repetir nas Disposições Transitórias o que ocorreu durante a votação da reforma agrária, quando a falta de número para a aprovação dos textos submetidos ao plenário exigiu um acordo em torno de uma proposta alternativa.

Antes da votação da duração do mandato de Sarney, o plenário terá que apreciar o capítulo relativo aos índios. O deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), coordenador das negociações sobre a matéria, afirmou ontem que é perfeitamente possível um acordo para o capítulo. Isto porque já houve um entendimento no âmbito da Comissão de Sistematização, e a solução

para as divergências está sendo alinhavada a partir de uma emenda do senador Jarbas Passarinho (PA), líder do PDS. Segundo Artur da Távola, ainda falta "bater o martelo" em quatro artigos do texto que está sendo negociado, o que não será difícil pois "o clima é de entendimento". O deputado informou que a alternativa para a polêmica em torno dos índios que terão direito às terras será retirar tal definição do texto constitucional, "porque não compete à Constituição definir quem é e quem não é índio".

Amanhã às 14 horas haverá uma reunião para que seja fechado o acordo. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), manifestou a Artur da Távola a sua preocupação com a possibilidade de a reunião não ocorrer com a eventual ausência dos constituintes envolvidos nas negociações que viajaram durante o fim-de-semana. Ulysses colocou o gabinete da presidência à disposição de Távola para o envio de telegramas convocando os parlamentares, mas a própria liderança encarregou-se desta tarefa. Se tudo correr bem, o acordo será selado até o meio da tarde, quando o plenário votará então a matéria.

Governo tem estratégia

A definição do mandato de Sarney e da questão da anistia e reintegração a militares punidos poderão ter suas decisões adiadas para 9 de junho em diante. Se os líderes governistas sentirem que as manobras de obstrução do PT, do PDT e das esquerdas do PMDB podem retardar a votação do mandato e da anistia nesta semana, já têm a estratégia traçada: esvaziar o plenário e deixar as duas questões para 9 de junho em diante.

No dia 5 de junho, Sarney viajará para os Estados Unidos — falará na ONU sobre desarmamento. Com sua ausência, assumirá a Presidência da República, mais uma vez, o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, afastando-se da Constituinte. As lideranças do governo e do PFL não pretendem deixar que mandato e anistia sejam votados com Mauro Beneditos ou Jorge Arbage (1º e 2º vice-presidentes) dirigindo a sessão. "São fracos" — justificam.

Se houver o adiamento das votações na Constituinte, o presidente Sarney poderá antecipar seu retorno dos Estados Unidos de 9 para 8 de junho.

O líder do PFL, deputado José Lourenço, disse ontem que, votada a questão dos índios, no dia seguinte poderá ser votada a emenda Matheus Iensen, que marca eleições presidenciais para 15 de novembro de 1989 — cinco anos para Sarney.

Ele receia, porém, manobras obstrucionistas do PT e do PDT

e das esquerdas do PMDB, na tentativa de retardar a votação da emenda Iensen. Antes disso o plenário terá que definir o texto básico do Centrão — com prioridade ao capítulo das disposições transitórias. Essa emenda não trata do mandato, que é tema da emenda Iensen. O PT e o PDT tentarão votar o texto aprovado na Comissão de Sistematização, com quatro anos para Sarney.

O Centrão precisa de 280 votos, pelo menos, para aprovar seu texto. A emenda da Comissão de Sistematização também necessita do mesmo quorum — maioria absoluta — para ser confirmada. Estas manobras regimentais poderão provocar o adiamento da definição do mandato de Sarney apesar do empenho de Ulysses Guimarães, de votar as matérias terça, quarta e quinta-feira.

José Lourenço, está de plantão em Brasília reunindo-se com seus assessores, vice-líderes e coordenadores das bancadas regionais. Estão todos eles telefonando aos estados, para mobilizar a bancada a partir de amanhã à tarde.

"Acho que conseguiremos colocar em plenário pelo menos 540 constituintes, o que nos dará a garantia de 315 a 320 votos a favor do mandato de cinco anos a Sarney", disse o líder pefelista. Dois deputados em tratamento de saúde prometeram ao líder votar "nem que seja de maca": Pedro Ceolin (ES) e Jessé Filho (RN).